

PRESENÇA DA RELIGIÃO NO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO DURANTE O PERÍODO MILITAR (1972 – 1982)

Lara de Fátima Grigoletto Bonini (IC, CNPq), (UNESPAR/FECILCAM) larascgs@hotmail.com
Frank Antonio Mezzomo (OR), (UNESPAR/FECILCAM) frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: A pesquisa buscou analisar os diálogos realizados na Câmara Municipal de Campo Mourão com o universo simbólico religioso, no período de 1972 a 1982, sendo esta a última composição do legislativo durante o Governo Militar. Metodologicamente, analisaram-se as atas e pronunciamentos dos vereadores, projetos de leis, além de homenagens e notas de destaque concedidas para agentes do campo religioso. A pesquisa demonstra as implicações políticas e religiosas no transcorrer das legislaturas, sendo possível conjecturar acerca das afinidades religiosas por parte de vereadores. Enfatiza-se, também, a imbricação político-religiosa com a presença de agentes religiosos, que emergem em datas representativas do município. Por fim, verificou-se que diversas instituições religiosas foram subsidiadas pelo legislativo, mediante aprovação de concessão de recursos financeiros, doação de terrenos, declaração de utilidade pública, entre outros. Com base nas fontes e discussões teóricas é possível concluir que as manifestações religiosas não estão restritas apenas ao espaço privado e nem mesmo a articulações simbólicas espirituais, senão participam e são constitutivas das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: *Religião. Política municipal. Regime militar.*

APONTAMENTOS INICIAIS

A pesquisa buscou investigar as relações estabelecidas entre o universo simbólico religioso e o legislativo municipal de Campo Mourão. O período do estudo compreende a composição de dois mandatos legislativos, 1972/1976 e 1977/1982, formados durante o regime militar brasileiro. Assim, ao tematizar a presença e a evocação dos discursos religiosos no âmbito do poder legislativo, colocam-se em pauta problemática tão cara às Ciências Sociais, a saber, a imbricação e permeabilização dos campos político e religioso, evidenciados na presença de símbolos, valores, rituais cristãos, além das tradicionais homenagens, concessões de títulos e benesses financeiras concedidas na forma de isenção de impostos e subvenções econômicas.

Para consecução da pesquisa, tornou-se primordial o trabalho de campo realizado junto ao arquivo permanente da Câmara Municipal (BELLOTTO, 1991, p. 4-5). Identificou-se a existência de vasta documentação que registra grande parte das atividades ordinárias dos vereadores. Ao tratar esse *corpus* documental é possível identificar inúmeras passagens que flagram os constantes diálogos estabelecidos com os porta-vozes do campo religioso. Privilegiaram-se a análise das pautas das atas das sessões legislativas, projetos e anteprojetos de leis, proposições de decretos leis, ofícios, entre outros que apresentam indícios de circulação e aproximação entre a Câmara Municipal e o universo

simbólico religioso. Outra fonte utilizada são os boletins de urnas publicados pela Justiça Eleitoral do Paraná, quando da realização dos pleitos eleitorais em 1972 e 1976. Nesses boletins são encontradas informações como o nome, o partido, a quantidade de votos, a condição de eleitos ou de suplência de todos os candidatos concorrentes ao legislativo de Campo Mourão no período investigado.

A documentação utilizada, seja aquela pertencente ao arquivo permanente da Câmara Municipal ou a ela relacionada, possibilita que se problematize as imbricações político-religiosas na década de 1970 e início de 1980, quando esteve em vigência momentos distintos da vitalidade do regime militar. As fontes documentais podem ser compreendidas como indícios, pistas e sinais dessa época, além de terem sido produzidas por grupos humanos que (in)voluntária e (in)conscientemente expressam suas vontades e convicções político-sociais. Tomá-las na sua historicidade, isto é, como resultado de forças e disputas historicamente travadas, significa entender a fonte na sua parcialidade e subjetividade. Cabe ao pesquisador, e aqui se recorre às reflexões de Carlo Ginzburg, adotar procedimentos interpretativos centrados sobre os resíduos, sinais e pistas aparentemente marginais, pormenores imperceptíveis para a maioria, mas que podem permitir a compreensão das relações e formação cultural de um grupo social, de um período, de uma época (GINZBURG, 1989).

No contexto do Estado Moderno o poder legislativo ocupa função de destaque tendo em vista a função na elaboração de leis e a fiscalização dos atos dos demais poderes constituídos, tanto do Executivo quanto do Judiciário. Conforme a legislação brasileira em vigor, os vereadores eleitos por meio do sistema do voto proporcional, reúnem-se em sessões, no recinto do plenário, em número e forma regimentais (MEIRELLES apud CORDEIRO, 1981, p. 48). Os vereadores outorgam requerimentos, proposições e auxílios que (re)configuram o espaço social, cultural e geográfico dos municípios.

As sessões da Câmara Municipal são denominadas de ordinárias quando ocorrem em dias e horários fixados previamente conforme Regimento Interno da casa de leis. Realizam-se em recinto determinado, a 'sala de sessões', em que se discutem e resolvem as questões submetidas rotineiramente à edilidade. Já as sessões extraordinárias são provocadas por circunstâncias imprevisíveis e se realizam, segundo a necessidade, em época e período indeterminado para deliberar sobre matérias de caráter urgente. Por fim, as sessões solenes são informalmente convocadas pelo presidente da Câmara, tendo por finalidade a prestação de homenagens e comemorações cívicas (CORDEIRO, 1981, p. 48-49).

Deste modo, conforme material empírico coletado e analisado, as sessões da Câmara Municipal de Campo Mourão constituíam um dos momentos de maior exposição pública das demandas municipais, pois para além da oficialidade burocrática do cotidiano da casa de leis, as sessões

constituíam o palco e o cenário adequado para celebração, e porque não dizer, encenação pública do poder. Torna-se interessante então, averiguar as características e particularidades existentes no legislativo municipal de Campo Mourão, tendo por base as discussões e problematizações teóricas, bem como, as possíveis continuidades e rupturas da relação religião e poder local.

APONTAMENTOS SOBRE O LEGISLATIVO MUNICIPAL

A organização política do estado brasileiro sofreu profundas mudanças no segundo quartel do século XX, por conta do golpe de estado auspiciado pelas forçadas armadas brasileiras, em abril de 1964. Na vigência do regime militar foram adotadas medidas que, segundo os protagonistas do golpe, visavam efetivar a chamada revolução brasileira. Durante os governos militares foram publicadas medidas, atos institucionais e decretos intervenientes no funcionamento dos sindicatos e entidades estudantis, na realização de greves, na liberdade de imprensa, além das conhecidas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos de parlamentares opositoristas ao regime militar (HABERT, 1992).

A publicação dos 16 atos institucionais e complementares baixados pelos governos militares, entre 1964 e 1978, alterou de modo direto a conjuntura política nacional. O Ato Institucional n.º 2 (AI-2), publicado em outubro de 1965, extingue todos os partidos políticos brasileiros criando, a partir de então, dois novos organismos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹. Na compreensão de alguns pesquisadores, as duas siglas não continham o termo partido a fim de transmitir o entendimento de que se tratava apenas de organizações provisórias, as quais, conforme os rumos eleitorais, poderiam ser dissolvidas ou alteradas (CARVALHO JÚNIOR, 2006, p. 73).

No que tange a adequação ao bipartidarismo, na sessão de 6 de junho de 1966, durante os trabalhos legislativos no município de Campo Mourão, foi lido um ofício enviado pelo governador do Paraná, Paulo Pimentel, convidando todos os vereadores mourãoenses para se filiarem na organização política ARENA. Talvez por essa afinidade política e ideológica com as opções e rumos tomados pelo regime militar, as vagas do legislativo municipal, nos pleitos de 1968 e 1972, foram ocupadas exclusivamente por vereadores filiados à ARENA.

¹ O pesquisador José Eduardo Mosquera retrata que: “Do regime militar [...] surgiram a subserviente Aliança Renovadora Nacional, a Arena, e, como oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB”. Sobre a Aliança Renovadora Nacional, Mosquera sintetiza: “fundada em 4 de abril de 1966, a Arena operou como braço político do Exército, o partido que realmente mandava, até ser liquidada em 29 de dezembro de 1979, quando o regime decidiu e o Congresso Nacional decretou o fim do bipartidarismo e o restabelecimento de um sistema multipartidário” (MOSQUERA, 2006, p. 103).

A composição do legislativo municipal no mandato de 1972 a 1976

O processo eleitoral para composição do sétimo mandato para o executivo e legislativo municipal de Campo Mourão realizou-se em 15 de novembro de 1972. São eleitos onze vereadores, para um mandato que se estende até o ano de 1976. Todos os vereadores eleitos são filiados a ARENA o que mostra a hegemonia e alinhamento do poder local com as orientações oriundas de Brasília.

A posse dos eleitos ao executivo e legislativo ocorreu em 31 de janeiro de 1973. A solenidade contou com uma Missa Solene em Ação de Graças, na igreja católica Catedral São José, celebrada pelo bispo diocesano Dom Eliseu Simões Mendes. Horácio Amaral, que então deixava o mandato de prefeito, em seu pronunciamento agradeceu aos colaboradores, ao bispo Dom Eliseu Simões Mendes e as igrejas evangélicas representadas por seus respectivos pastores. Do mesmo modo, o prefeito que assumia o poder executivo, Renato Fernandes Silva, invocou a proteção dos céus para o mandato que se iniciava (SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 142, 146).

No exercício do mandato dos vereadores que compuseram a sétima legislatura é possível destacar aproximações com o campo religioso. Trata-se de moções e anteprojetos de leis concedendo doações de terrenos, isenção de taxas de serviços públicos, concessão de homenagens, notas de destaque, entre outros. Conforme se constata, embora tenha ocorrido maior trânsito com representantes da igreja católica, outras entidades religiosas, sendo ou não cristãs, contaram com as benesses do poder público, todas, de alguma forma, causando maior ou menor reação nos edis vereadores.

Na análise das atas do legislativo notou-se um intenso diálogo com a religião católica. Destaca-se o requerimento da vereadora Maria Enilda de Oliveira, em 02 de dezembro de 1975. A vereadora solicita que a Câmara ratifique o pedido para que o executivo estude a viabilidade financeira para construção de um monumento em homenagem a Santa Cruz a ser construída no bairro homônimo. Após justificativas apresentadas pela autora, o pedido foi aprovado por unanimidade. Na mesma sessão legislativa o vereador Zamir José Teixeira informa que no dia 03 de dezembro o bispo Dom Eliseu completa 25 anos de bispado, quando será realizada uma missa festiva com a comunidade e presença de padres e bispos de outras dioceses. Na oportunidade o vereador Aldo Jose Kaul, solicita que a Câmara envie um ofício ao bispo felicitando pela ocasião.

Outro requerimento que envolve a simbologia católico-cristã é registrado na ata de 17 de maio de 1976. Trata-se da solicitação da vereadora Maria Enilda de Oliveira, para que o executivo melhore a iluminação pública na praça do bairro Jardim Lar Paraná, onde está localizada a paróquia Nossa Senhora do Caravaggio. A vereadora justifica a proposição de melhoria pública, haja vista que a comunidade está se preparando para as festividades decorrentes da recepção da imagem de Nossa

Senhora Aparecida, vinda de Aparecida, São Paulo. Na sessão do dia 21 de junho de 1976, após a data comemorativa da paróquia do bairro Jd. Lar Paraná, o vereador Zamir José Teixeira agradece o empenho e colaboração de Feiz Farhat, responsável pelo Departamento de Serviços Urbanos, que teria providenciado melhorias nas vias públicas preparando Campo Mourão para acolhida da padroeira do Brasil.

Sobre a Catedral Diocesana de Campo Mourão, o vereador Francisco Irineu Brezinski, em 20 de agosto de 1973, solicita por meio de ofício ao executivo, a fim de que seja feita doação de um relógio semelhante ao modelo existente na Catedral de Curitiba. Na sessão de 22 de outubro do mesmo ano, a pedido do vereador Delordes Daleffe, requereu-se o restabelecimento de mais lâmpadas nas laterais da referida igreja católica. As proposições foram aprovadas por unanimidade.

No que tange as benesses às demais instituições religiosas do município, localizou-se o anteprojeto de Lei nº 09/76, de 22 de março de 1976, que declara a igreja evangélica Assembleia de Deus como de Utilidade Pública, o que significa dizer que, por ser entidade sem fins lucrativos e cujas ações são reconhecidas como complementares a ação do Estado, podem ser financiadas e tuteladas por ele (BASTOS, 2003, p. 01). A Missão Luterana Livre é outra entidade religiosa beneficiada pela declaração de Utilidade Pública, por meio do Projeto de Lei nº 28/74, aprovado pela Câmara de Vereadores. A referida instituição simbólico-religiosa recebeu auxílios financeiros, também na seguinte composição legislativa, disponibilizados para o setor de esportes da entidade. Sendo requerido pelo vereador Aldo José Kaul, na sessão de 25 de março de 1976, e ainda, da vereadora Amélia de Almeida Khuschka, em 23 de março de 1977. Os requerimentos foram aprovados por unanimidade.

Verifica-se, o anteprojeto de Lei nº 15/75, votado na casa legislativa em 17 de junho de 1975, que autoriza o executivo municipal a fazer doação de terrenos à Sociedade Beneficente Muçulmana de Londrina e Norte do Paraná. O vereador José Costa Maria, solicita a aprovação em regime de urgência para que seja construída a Mesquita e a Escola Árabe no município. O jornal Folha de Londrina registrou a visita de um representante do governo da Arábia Saudita à Campo Mourão, sendo recebido pelo prefeito Renato Fernandes e pelo presidente da Câmara, vereador Francisco Irineu Brzezinski, em 06 de novembro de 1975 (Folha de Londrina, 1975). Não foram encontradas maiores informações e detalhes sobre a apreciação da matéria proposta pelo vereador.

Demais instituições religiosas foram beneficiadas por doações de terrenos, como a igreja Congregação Cristã no Brasil, beneficiada por meio do anteprojeto de Lei nº 32, de 18 de outubro de 1976, tendo como finalidade a edificação de uma igreja. Na mesma sessão legislativa, o anteprojeto nº 37 estabelece doação de terreno a Mitra Diocesana de Campo Mourão, para a construção de uma

capela na localidade denominada de Km 123. Detalhe digno de nota é de que no anteprojeto segue uma justificativa assinada pelo bispo Dom Eliseu².

Um primeiro exemplo de relativo conflito ocorrido na Câmara de Vereadores ocorreu em função da solicitação do vereador Sergio Sebastião Miguel. O pedido, realizado em 21 de maio de 1973, pleiteava a doação de um terreno do bairro Jardim Country Club à entidade maçônica Luz do Oriente. O requerimento acompanha o ofício da citada Loja Maçônica que informa sobre suas metas de assistência social e obras filantrópicas como o albergue noturno e a extensão do pronto-socorro. A solicitação causou algumas divergências entre os vereadores, que decidiram deixar a decisão para o executivo municipal.

Outro aspecto que envolve o fazer dos vereadores e a oficialidade da Câmara são as celebrações e festejos cívicos e religiosos, estes últimos vinculados, sobretudo à Igreja católica. A festa nacional de *Corpus Christi* é ilustrativo para explicitar a relação de cumplicidade entre os poderes público e religioso. A ata legislativa de 18 de junho de 1973 registra o convite do prefeito municipal, Renato Fernandes Silva, para que os vereadores participem da procissão festiva católica. O prefeito ainda reitera que ao compartilharem da celebração de *Corpus Christi* os vereadores “darão um testemunho a Deus e comunidade, de humanismo e cristandade”³. A partir da fala do prefeito ao convidar os vereadores, é possível considerar a importância de participar e dar este testemunho público de adesão ao ritual católico em que, por meio da manifestação pública, a “Igreja deseja manter seus laços com a comunidade, pressuposto básico de toda procissão e reafirmar a importância da celebração de sua existência” (ANDRADE, 2011, p. 208).

A sessão de 10 de outubro de 1973 é solene porque representa a data de emancipação político-administrativa de Campo Mourão. No plenário, além dos representantes do legislativo, também participam autoridades que receberiam homenagens dos poderes municipais. Entre os homenageados consta o bispo Dom Eliseu que, em nome de todos, discursa dizendo que “se fizemos algo por esta cidade, pelo bem dos outros, foi com o maior espírito cristão”. Na mesma sessão solene, o bispo ainda enaltece o município, explicando “quando fui nomeado para cá, não sabia onde ficava esta cidade,

² O Anteprojeto de Lei possui um anexo encaminhado a Câmara Municipal com mensagem justificativa assinada pelo bispo diocesano Eliseu Simões Mendes que consta ao final: “Agradecendo antecipadamente por mais este gesto de colaboração, aproveito o ensejo para reiterar minha estima e consideração.” Anteprojeto de Lei nº 37/76. Lei nº 136 de 03 de nov. de 1976. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

³ O prefeito municipal Renato Fernandes Silva convida os vereadores para que no dia 21 de junho de 1973, sendo “a data santificada de Corpus Christi, os nobres edis façam parte da procissão” na qual, ao final, seria “lido um trecho do evangelho”. Ao final da sessão o vereador Francisco Irineu Brzezinski, concluiu: “[...] queremos agradecer o convite do sr. prefeito para a festividade religiosa, em que comungaremos com todo o espírito cristão”. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 18 de junho de 1973. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

porque nem em mapas constava, e hoje, Campo Mourão já está projetado no cenário nacional”. Por fim o bispo arremata dizendo “agora não podemos parar, vamos todos continuar a trabalhar em ritmo de Brasil Grande”⁴. É possível perceber que a menção do bispo traz, de forma explícita e aberta, a aproximação e o alinhamento com os discursos oficiais, próprios do regime militar, quando enalteciam o que seria um marco constitutivo de um “Brasil grande”, “Brasil potência”, comandado pelos legítimos representantes do povo, os militares (MENEZES, 2007, p. 07). O bispo Dom Eliseu participa, na sequência, da entrega do título de cidadão honorário ao ex-vereador Fioravante João Ferri⁵.

A composição do legislativo municipal no mandato de 1977 a 1982

A nova eleição do município de Campo Mourão é realizada em 15 de novembro de 1976, na qual são eleitos 8 vereadores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e 3 vereadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em Campo Mourão, desde a vigência do bipartidarismo, somente neste pleito eleitoral de 1976 que o MDB elege vereadores para ocupar vagas na casa legislativa municipal. Nesta perspectiva, o pesquisador José Carlos Alcântara, ao analisar o contexto do município de Maringá/PR, entende que o MDB deixa de ser um partido temeroso e consegue apoio do eleitorado e também de dissidentes da Arena. A adesão e o crescimento do MDB na esfera nacional é, em grande parte, reflexo da desilusão e esvaziamento do milagre econômico, além do aumento do coro daqueles que passam a questionar acerca dos reais interesses do regime militar. A partir desse momento, o MDB passa a ser acreditado como um partido de oposição (ALCÂNTARA, 1999, p. 261-262).

A posse dos representantes da oitava composição do legislativo ocorreu na sessão solene da Câmara Municipal em 01 de fevereiro de 1977. Entre as autoridades, constavam os presidentes dos diretórios regionais da ARENA e do MDB, que se pronunciaram na solenidade. Ao final da sessão, o presidente da mesa, vereador Ephigênio José Carneiro, faz os tradicionais agradecimentos não se esquecendo de mencionar a figura divina. Também desta composição, a incidência dos diálogos entre o campo político e religioso continuam intensos.

Os agentes políticos municipais denotam aproximações ao vínculo religioso, por meio de pronunciamentos no plenário, a respeito das datas simbólico-religiosas. O vereador José Luiz Gurgel menciona que, pelo calendário religioso é comemorado o “Dia de São Lucas”, citado na ata de 18 de outubro de 1978. Neste contexto, a vereadora Amélia Almeida Hruschka e o vereador Ephigênio, em

⁴ Ata da Sessão Solene Legislativa em 10 de outubro de 1973. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

⁵ Ata da Sessão Solene Legislativa em 10 de outubro de 1974. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

alternadas sessões legislativas, pronunciam-se sobre a comemoração do “Dia de Ação de Graças”⁶. A supracitada vereadora também se manifesta na casa legislativa homenageando o “Dia da padroeira do Brasil, a nossa Senhora Aparecida”⁷.

Ephigênio José Carneiro, dentre os demais eleitos para o legislativo, é possivelmente o vereador que apresenta com mais frequência proposições referindo-se ao universo da religião. Consta entre suas demandas solicitação de homenagens a autoridades religiosas, concessão ou mesmo endosso nos pedidos de apoio financeiro e isenção de impostos a templos religiosos, além da invocação, em seus discursos, do arcabouço retórico oriundo do universo mágico-religioso. Nesse sentido, vale destacar a proposição do vereador ao solicitar que, na abertura dos trabalhos do legislativo, se fizesse uma saudação a Deus, afinal, e aqui a justificativa é curiosa, a Câmara de vereadores “é uma casa constituída por cristãos, que creem e vivem na doutrina de Cristo”⁸.

Dentro desse mesmo entendimento destaca-se, conforme lembrança do supracitado vereador em companhia do também vereador Manoel Pereira Martins, a deferência concedida à bíblia, já que o mês de setembro, para os católicos, é dedicado em sua homenagem. Assim, além da leitura de trechos bíblicos ao final das sessões, para o mês comemorativo, a bíblia deveria ficar exposta no plenário da Câmara Municipal. Conforme atas das sessões da Câmara, a menção a bíblia aparece em vários anos⁹. A presença e as constantes referências a símbolos e rituais religiosos em espaços públicos, como alguns teóricos já mencionaram, parecem sinalizar para a não realização e concretização da separação entre a esfera religiosa e a esfera política, confirmando, em grande medida, a existência de certa permeabilização mútua entre o mundo sagrado e o mundo profano (ELIADE, 1992; RANQUETAT JÚNIOR, 2011).

A *Campanha da Fraternidade* iniciativa eminentemente católica é citada na sessão de 28 de março de 1978 pelo vereador Ephigênio José Carneiro que, em tema livre, discorre sobre o tema da campanha “Trabalho e Justiça para Todos”. Na citada sessão legislativa, o vereador Eudes Sartor, do MDB, na esteira das homenagens e menções a campanha faz seu pronunciamento chamando a atenção

⁶ Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 24 de novembro de 1977. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 23 de novembro de 1978. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

⁷ Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 16 de outubro de 1978. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

⁸ Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 18 de maio de 1977. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

⁹ As referências à comemoração do mês dedicado a bíblia consta nas seguintes atas: Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 25 de setembro de 1977; Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 20 de setembro de 1978; Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 17 de setembro de 1979. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão. Embora tenha ocorrido em período anterior ao recorte temporal dessa pesquisa, cabe salientar a cerimônia de Entronização do Crucifixo, realizada em 1961, com a presença de autoridades políticas e eclesiásticas, com destaque para a participação do bispo Dom Eliseu Mendes. Cf. Ata da Sessão Solene Especial de Entronização em 23 de abril de 1961. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

para a política partidária. O referido vereador discorre que “justiça e trabalho para todos é o que nós também desejamos”, e explica que pretensos líderes atacam a oposição, atrapalham e tumultuam o trabalho do MDB no município. A manifestação teria provocado alguns incômodos entre os vereadores que, após a suspensão da sessão por alguns minutos, retornaram aos trabalhos legislativos.

Na sessão legislativa seguinte, realizada em 29 de março de 1978, possivelmente no contexto do mal estar ocorrido entre os vereadores na sessão anterior, o vereador arenista Ephigênio discursa em plenário pedindo paz e harmonia entre os edis legisladores municipais. No clima das comemorações da Semana Santa, findado na semana anterior, o vereador recorre ao significado do festejo religioso e a trechos extraídos da bíblia a fim de persuadir os componentes da Câmara Municipal para a missão da vereança em proceder conforme os exemplos deixados por Cristo, isto é, procurar servir e não ser servido. Ao fim da sessão o vereador teria apresentado algumas passagens bíblicas como indicativo de reflexão semanal para os demais colegas de mandato.

Na mesma toada reflexiva de inspiração católica o vereador Ephigênio, com base em um artigo publicado em revista católica, homenageia o “Dia das Mães” associando o papel materno às figuras de Maria e Cristo¹⁰. O supracitado vereador utiliza ainda o jornal *L'Osservatore Romano* para homenagear o Papa Paulo VI (1963-1978) falecido em 6 de agosto de 1978. Após discorrer sobre a biografia do pontífice Paulo VI reitera que o momento é de escolha do novo papa, sendo declarada, em 26 de agosto do mesmo ano, a eleição de Albino Luciani, o Papa João Paulo I¹¹. A posse do novo papa, como sua repentina morte e a escolha de Karol Wojtyla, nomeado como Papa João Paulo II (1920-2005), são noticiadas e registradas nos anais da história da Câmara de Vereadores de Campo Mourão¹².

Os diálogos político-religiosos se alargam nas falas dos vereadores, se relacionam com portavozes do sagrado e pronunciam agradecimentos a figura divina. Na sessão legislativa de 20 de agosto de 1979, o vereador Aroldo Gonçalves Netto, solicita que se envie um ofício parabenizando o pastor

¹⁰ O vereador Ephigênio José Carneiro traz a casa de leis um artigo da revista católica *A família Cristã*. No trecho lido pelo vereador, cita sobre “Cristo que fez-se homem por meio de uma mulher, quis ter uma mãe para nela encontrar afeto, carinho” e, fala ainda, sobre o aborto, pedindo para que os vereadores reflitam sobre a quantidade de abortos realizados no Brasil. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 23 de maio de 1978. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

¹¹ O vereador Ephigênio José Carneiro declara que “Agora, preparam-se os cardeais para a eleição do novo Papa, que substituirá Paulo VI, e nós como cristãos que somos com homens pertencentes a doutrina de Cristo, devemos nos unir a Deus e ao Espírito Santo, que inspire esses cardeais para que encontrem o nome certo”. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 21 de agosto de 1978. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

¹² Identificou-se na documentação do legislativo o projeto de lei que concede ao João Paulo II, o título de cidadão honorário de Campo Mourão. O projeto foi apresentado na reunião ordinária realizada em 17 de março de 1980. Ao que consta o projeto foi aprovado, embora não foi localizado o ato oficial da concessão do referido título ao representante eclesiástico. Cf. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 17 de março de 1980. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

da Igreja Batista de Campo Mourão, pela inauguração de um novo templo. Ainda o vereador Eudes Sartor, agradece “a Deus por permitir mais esta oportunidade de estarmos juntos para deliberar as causas e os problemas do nosso município” e, logo em seguida, trata de demais assuntos de interesse da vereança.

Convém ressaltar que as aproximações entre a Câmara de Vereadores e o universo religioso, também ficam evidenciadas nos mais variados tipos de apoios e benefícios concedidos às instituições eclesiásticas. Entre as deliberações do legislativo, ressaltam-se os seguintes Projetos de Lei que reconhecem as entidades sendo de Utilidade Pública. Como do vereador João Sérgio Kffuri, que beneficia a associação paranaense Igreja Adventista do Sétimo Dia, em 23 de agosto de 1978. O projeto de lei nº 10/79 do vereador José Pedroso Fabri, diz respeito à Loja Maçônica Oliveira Zanini. Ainda, a Loja Maçônica Associação das Acácias “Luz do Oriente” é beneficiada por meio do Projeto de Lei nº 09/82 da vereadora Amélia de Almeida Hruschka. Por fim, outras instituições são declaradas de Utilidade Pública, por meio dos Projetos de Lei de nº 13/82 e nº 14/82, ambos de autoria do vereador José Luiz Gurgel, são beneficiadas a 1ª Igreja Presbiteriana Renovada de Campo Mourão e a Associação Evangélica Missão Transmundial.

Há ainda as entidades religiosas beneficiadas por meio de doações de terrenos a partir de requerimentos e projetos de lei do poder executivo e legislativo. A solicitação do vereador Eudes Sartor, na sessão de 18 de outubro de 1978, realiza a doação de terreno à Igreja Seicho-no-iê do Brasil, núcleo de Campo Mourão. Outra entidade beneficiada é a igreja evangélica Assembleia de Deus por meio do Projeto de Lei nº 09/81 transformada na Lei nº 299. No projeto, apresenta-se a necessidade de construção de um templo religioso para o atendimento dos adeptos no bairro periférico da cidade. Novamente, a igreja evangélica Assembleia de Deus é favorecida, por meio de Projeto de Lei do poder executivo. As justificativas para a doação ressaltam um mundo violento onde impera a injustiça, e então apresenta a necessidade de apoio a entidades que visam o bem e os ensinamentos de Deus.

Na documentação legislativa, encontraram-se também, a Mitra Diocesana beneficiada por meio do Projeto de Lei nº 25/81, em que consta que a solicitação de doação de terreno é pleiteada pelos moradores, com respaldo da instituição Mitra Diocesana, para construção de um templo em uma área triangular que abrange os bairros Gutierrez, Vila Teixeira, Country Clube e adjacências. Ainda, doa-se terreno a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, por meio do Projeto de Lei nº 63/82, para a construção de um templo religioso. O vereador Ephigênio José Carneiro, na sessão de 23 de maio de 1979, solicita que se aplaine um terreno no Seminário Diocesano onde são realizadas práticas educativas e esportivas pelos seminaristas. As supracitadas solicitações, requerimentos e projetos transformados em lei são aprovados por unanimidade entre os vereadores.

Todavia, a proposição do vereador José Luiz Gurgel, em 20 de junho de 1979, solicitando a isenção de impostos, taxas e asfaltamento das entidades religiosas do município causou divergências entre os vereadores em diversas sessões. O autor da proposição justifica o requerimento por entender que as entidades religiosas, que não aferem lucros em suas atividades e lutam em prol do bem da humanidade, deveriam ser isentas de recolhimento de tributos municipais. O projeto foi aprovado com o voto minerva do presidente da Câmara, o que demonstra o impasse encontrado pelo legislativo municipal. A polêmica, que teria extrapolado o ambiente da sessão ordinária, mereceria uma nova manifestação do vereador, quando retomaria o tema ressaltando as dificuldades financeiras pelas quais passam as entidades religiosas¹³.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Em meio às dinâmicas sociais, o poder simbólico das religiões abrange também o contexto das ações políticas e administrativas locais. Tal percepção é plausível ao se cotejar fontes que evidenciam iniciativas envolvendo o poder legislativo municipal de Campo Mourão e a composição religiosa. As atuações político-religiosas corroboram com a conclusão de Burity, quando afirma que não se pode mais ignorar a visibilidade pública das religiões. Quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os agentes religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos* e suas demandas nas mais diversas direções (BURITY, 2008, p. 84). Nesse sentido, não se trata de discutir se há ou deve haver uma aproximação entre religião e política, mas sim de entender que o vínculo está historicamente construído e se expressa na massiva imbricação entre religião e cultura (BURITY, 2001, p. 29-30).

A referência religiosa perpassa historicamente à esfera pública e contribui para a conservação da ordem social. Como aponta o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o campo religioso também cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida, na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política (BOURDIE, 2007, p. 69). Assim, ainda que a sociedade seja proclamada como laica, a conotação religiosa evidencia-se em caracteres públicos e políticos, mantendo-se e fazendo-se necessária para todo o conjunto social.

¹³ Colocado em votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com o voto de minerva do presidente. Ao final da sessão, o vereador José Luiz Gurgel agradece aos vereadores que votaram a favor e, em especial, ao presidente da mesa. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 20 de junho de 1979. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão. Cabe esclarecer que, em outra sessão legislativa, o vereador José Luiz Gurgel se manifesta novamente: “[...] O requerimento tem a finalidade de isentar as Igrejas, porque temos sentido o problema das Igrejas de Campo Mourão, eu particularmente pertencço a Igreja Católica e tenho ouvido dominicalmente, apelo no sentido de que os fiéis compareçam de maneira mais efetiva à coleta, para que possamos manter a nossa Igreja iluminada e limpa, pois ela tem dificuldade para assim proceder”. Ata da Sessão Ordinária Legislativa em 21 de agosto de 1979. Arquivo da Câmara Municipal de Campo Mourão.

A permeabilização entre as fronteiras do político e do religioso é verificada na experiência histórica da Câmara de Vereadores de Campo Mourão. Como se constata, em que diversas oportunidades as instituições religiosas foram subsidiadas pela casa legislativa, ainda que determinadas proposições em favor das entidades acarretassem discordâncias ou debates entre os vereadores. As instituições foram beneficiadas com auxílios do poder executivo e legislativo, mediante a transferência de recursos financeiros, doação de terrenos para construção de igrejas e templos, concessão de crédito a entidades assistenciais, declaração de Utilidade Pública, entre outros.

Destaca-se ainda a imbricação político-religiosa com a presença de agentes religiosos que participam do *modus operandi* do legislativo, bem como de diversas datas comemorativas do município. Destaca-se a figura do bispo Dom Eliseu Simões Mendes, cidadão honorário de Campo Mourão, que recebe ofícios e notas de destaque da Câmara de Vereadores. Cabe ressaltar a presença do bispo em diversas cerimônias e sessões solenes e comemorativas promovidas pelo legislativo. Nos pronunciamentos do bispo na Câmara de Vereadores, o líder eclesialístico reitera a posição da Igreja quanto à política municipal e nacional.

Ainda é possível constatar a presença de representantes do legislativo e do executivo municipal em celebrações religiosas, como o envolvimento do poder político na celebração de *Corpus Christi*. A presença dos vereadores e prefeito na procissão religiosa demonstra a importância da celebração católica no cotidiano dos munícipes, sendo necessário compartilhar o evento religioso. A partir das imbricações entre o poder político e a religiosidade nos eventos municipais, torna-se possível especular acerca do prestígio e posição do universo católico nas atuações públicas¹⁴.

Nesse contexto, as aproximações e diálogos entre o poder legislativo e o catolicismo, fazem-se presentes em diferentes momentos. Como no requerimento que solicita a doação de um relógio à Catedral de Campo Mourão, outro para a edificação de uma cruz, monumento símbolo do cristianismo, em um bairro do município e, ainda, para a melhoria de iluminação pública da praça que recepcionou a imagem da santa Nossa Senhora Aparecida. O tema da *Campanha da Fraternidade*, iniciativa eminentemente católica, é apresentada nas sessões pelos representantes legislativos, bem como, as homenagens aos pontífices Papa Paulo VI, Paulo I e João Paulo II.

A pesquisa demonstra as implicações políticas e religiosas presentes no transcorrer das legislaturas, sendo possível conjecturar acerca das afinidades religiosas por parte de vereadores. Assim, podem-se apontar as analogias religiosas do vereador Ephigênio José Carneiro, que sugere

¹⁴ De acordo com a pesquisadora Zeny Rosendahl, “o cristianismo, como religião do Estado adotada pelo Império Romano, não apenas deu aos líderes da Igreja *status* oficial, fortalecendo a burocratização da Igreja, mas também colocou numerosas unidades territoriais em suas mãos.” (ROSENDAHL, 1996, p. 60).

uma saudação a Deus na abertura dos trabalhos da Câmara Municipal, e também, do vereador Eudes Sartor, que em seu pronunciamento, agradece a Deus por fazer parte do legislativo e deliberar as causas e problemas do município. O agente político Aroldo Gonçalves Netto parabeniza o pastor da Igreja Batista, por meio de ofício legislativo, pela inauguração de um novo templo religioso. Há ainda os vereadores que elaboraram e apresentaram projetos à casa legislativa em prol de instituições religiosas, denotando um relacionamento cordial com as entidades.

As datas simbólico-religiosas são homenageadas pelos vereadores nas sessões legislativas municipais, como o dia de “São Lucas”, o dia de “Nossa Senhora Aparecida”, o dia de “Ação de Graças” e o dia da “Bíblia”. Sobre o livro religioso, os vereadores fazem leitura de trechos bíblicos em sessões legislativas e expõem uma bíblia no plenário da Câmara. A referência e exposição do livro sagrado está em sintonia com a entronização oficial do crucifixo na casa de leis, ocorrida em 1961.

Por fim, pode-se afirmar com base no material empírico cotejado e as discussões teóricas, que a presença do universo religioso nas demandas do legislativo municipal foram intensas durante os mandatos constituídos em 1973 e 1977, no tocante à aprovação de benefícios financeiros e a concessões de títulos e homenagens públicas. Tal inferência permite afirmar que as manifestações religiosas não estão reduzidas ao espaço privado e nem mesmo restritas a dinâmicas simbólicas espirituais, senão que sua presença está articulada na constituição cultural e na tessitura das relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José Carlos. O bipartidarismo (1966 – 1978) e a volta do pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

ANDRADE, Solange Ramos de. Espaço sagrado e sacralização do espaço: aspectos da procissão de *Corpus Christi* em Maringá-PR. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/artigo.html>. Acesso em: 26 de mar. de 2012.

BASTOS, Vânia Lúcia Baltar. **Declaração de Utilidade Pública**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/UtiPub.pdf>. Acesso em: 21 de mai. de 2012.

BELLOTTO, Heloísa (et al). A ordenação interna dos fundos. In:_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de. A votação do MDB no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978). In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (orgs.). **Partidos e**

eleições no Paraná: uma abordagem histórica. Curitiba - PR: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006.

CORDEIRO, Maria Teresa C. Instalação e funcionamento da Câmara. As sessões plenárias. Esquema das sessões. In: MELLO, Diogo Lordello de (coord.). **O papel do vereador e a Câmara Municipal.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOLHA DE LONDRINA. **Campo Mourão terá mesquita e escola árabe-brasileira.** Londrina, 06 de nov. de 1975. p. 06.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HABERT, Nadine. **A década de 70.** Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.

JÚNIOR RANQUETAT, Cesar Alberto. A presença do crucifixo nos tribunais brasileiros: laicidade e símbolos religiosos em discussão. **Debates do Ner,** Porto Alegre, ano 12, n. 20 p. 97-120, jul./dez. 2011.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Dissertação (mestrado). Brasília, 2007.

MOSQUERA, Jorge Eduardo França. A votação da ARENA no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978) In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (orgs.). **Partidos e eleições no Paraná:** uma abordagem histórica. Curitiba - PR: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião:** uma abordagem geográfica. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias. **A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1963 – 1976.** Campo Mourão: Kromoset, 2006.